

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.892 - AM (2019/0091953-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**RECORRENTE** : HUDSON BRAGA DA COSTA  
**ADVOGADOS** : NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA - AM005103  
JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ - AM007763  
**RECORRIDO** : ESTADO DO AMAZONAS  
**PROCURADORE** : LUCIANA ARAUJO PAES E OUTRO(S) - AM004678  
S  
LEANDRO VENICIUS FONSECA ROZEIRA - AM010483

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, apresentado por HUDSON BRAGA DA COSTA, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de HUDSON BRAGA DA COSTA, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes à Dra. Jaqueline Montenegro da Cruz, subscritora do recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício (fls. 298/299), ficou-se inerte (fl. 300). Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

